

RECOMENDAÇÃO CGMP-PI Nº 01/2022

Dispõe sobre orientação de prazo máximo para envio à Corregedoria-Geral de Relatórios de Plantões Ministeriais no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, a teor do Ato Conjunto PGJ/CGMP-PI N° 01/2020

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, Dr. Luís Francisco Ribeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, inciso IV da Lei n. 8.625/93 e artigo 25 e 147 da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí;

CONSIDERANDO que incumbe à Corregedoria-Geral por determinação da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, fazer recomendações, sem caráter vinculativo, visando à regularidade e o aperfeiçoamento dos serviços do Ministério Público, nos limites de suas atribuições;

CONSIDERANDO ainda, o caráter orientativo e fiscalizador que deve revestir os atos da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, nos termos do artigo 25 da Lei Complementar Estadual nº 12/1993;

CONSIDERANDO que as Corregedorias são garantias constitucionais fundamentais da sociedade e do indivíduo voltadas para a avaliação, orientação e fiscalização das atividades do Ministério Público;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de contribuir com a atividade-fim dos membros do Ministério Público do Estado do Piauí;



CONSIDERANDO ainda, que o artigo 19º do Ato Conjunto PGJ/CGMP-PI Nº 01/2020, dispõe que o Promotor de Justiça plantonista deverá encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí, relatório de atividades, com lançamento dos dados no Sistema de Controle de Plantões, disponível no endereço http://producao.mppi.rnp.br: 808 1/plantao/login. seam, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

CONSIDERANDO ainda, que o artigo 4º do Ato Conjunto PGJ/CGMP-PI Nº 01/2020, dispõe que o pedido de anotação de dia de crédito deverá ser formulado pelo membro do Ministério Público interessado, instruído com certidão fornecida pela Corregedoria-Geral do Ministério Público;

CONSIDERANDO ainda, que alguns membros têm solicitado a reabertura do sistema, em prazo superior a 10(dias) ao exercício do plantão, alguns até depois de anos, ou seja, em prazo bastante superior ao limite estipulado no artigo 19 do Ato Conjunto PGJ/CGMP-PI Nº 01/2020, o que atrapalha os trabalhos administrativos da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí relativo ao controle dos plantões e, planejamento da Procuradoria-Geral de Justiça quanto a concessão de licenças compensatórias.

<u>RECOMENDA</u> aos membros do Ministério Público do Estado do Piauí com atuação nos plantões que:

Art.1°. Enviem para a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí os Relatórios de Plantão, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, subsequente ao exercício do plantão, conforme estabelece o art.19 do Ato Conjunto PGJ/CGMP-PI N° 01/2020.

Art.2º. Ficam os membros cientes que, no caso de descumprimento do prazo supra, serão indeferidos pedidos de reabertura do sistema de plantões, restando inviabilizado o respectivo crédito para fins de compensação como usufruto de licença compensatória pelos dias trabalhados nos plantões.

Art.3°. Fica facultado aos membros, até o dia 30 de junho de 2022, pedidos de saneamento de eventuais plantões não registrados, data a partir do qual só se permitirá a



reabertura do sistema para inclusão de dados dos plantões não registrados em caso de força maior ou caso fortuito, após análise da justificativa pela Corregedoria-Geral.

Dê-se imediata ciência desta Recomendação a todos os Membros do Ministério Público do Estado do Piauí, via e-mail institucional, bem como seja comunicado ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí.

Dê-se ainda publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí.

Teresina (PI), 14 de junho de 2022.

LUÍS FRANCISCO RIBEIRO Corregedor-Geral do Ministério Público do Piauí